

Nada de novo na geografia carioca

Gilmar Mascarenhas*

A cidade do Rio de Janeiro vem se preparando intensivamente para realizar o maior evento esportivo de sua história: os Jogos Pan-americanos. O Pan 2007 envolve uma ampla coalizão de interesses: as três esferas do poder público (federal, estadual e municipal), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e diversas empresas privadas. Considerando o conjunto das intervenções urbanísticas e seus impactos, um rearranjo na geografia da cidade vai se consubstanciando.

O volume total de investimentos, oficialmente não divulgado, gira em torno de R\$ 4 bilhões. No atual contexto de escassez de recursos públicos para as políticas locais de desenvolvimento urbano, trata-se de uma rara oportunidade de investimento na infraestrutura da cidade.

O primeiro questionamento suscitado se direciona ao retorno social dos investimentos públicos. Questionamento particularmente importante numa cidade cuja estruturação interna é historicamente marcada pela exclusão socioespacial e que ainda apresenta uma gama lamentável de problemas crônicos de habitação, saneamento, transportes, infraestrutura médico-hospitalar, dentre outros.

Como grande projeto de desenvolvimento urbano, devemos identificar seu conceito de desenvolvimento; como intervenção urbanística, cabe avaliar seu mérito e o legado social; e como evento olímpico, cabe averiguar seu efeito no desenvolvimento do esporte. Cumpre, todavia, considerar o registro no plano internacional de diversas experiências negativas – ou polêmicas – de realização de grandes eventos olímpicos no que tange ao legado social, esportivo e urbanístico.

Um segundo questionamento situa-se no âmbito da cidadania, particularmente nos canais de participação da sociedade civil na gestão da cidade. Desde a candidatura para realização dos jogos, passando pela formação do CO-Rio (comitê gestor do evento), pela administração dos recursos e implementação das operações, o Executivo municipal mantém aliados de todo o processo decisório amplos segmentos da sociedade carioca, a despeito de suas reivindicações constantes de participação.

A questão central é perceber quais áreas, quais segmentos da sociedade e quais setores de atividades serão beneficiados pelo grande projeto. Em outras palavras: que geografia é essa que se desenha?

Modo particular de governar

Estamos diante de um processo que se insere no emergente modelo neoliberal de gestão empresarial da cidade, que não considera as diretrizes gerais do Plano Diretor, que supera entraves legais por meio de concessões do Legislativo municipal, que, enfim, atua com ampla liberdade, pairando acima dos condicionamentos habituais do aparato burocrático-institucional e dos marcos jurídicos que regulam a gestão da cidade.

O Pan 2007 parece corresponder a esse novo paradigma de planejamento urbano, por refletir basicamente interesses empresariais envolvendo gastos públicos, e por eleger a intervenção em zonas restritas da cidade, beneficiando sobretudo áreas nobres (no caso, a Barra da Tijuca). Recusa-se uma abordagem integradora, que busque enfrentar a problemática geral da cidade

O primeiro questionamento se direciona ao retorno social dos investimentos públicos

O esporte se tornou um poderoso discurso produtor de consensos. O atual prefeito da cidade se reelegeu em 2004 contando com o decisivo trunfo do Pan 2007

e que vislumbre a possibilidade do desenvolvimento socioespacial, como ocorreu nos Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992.

Para além dos poderosos interesses econômicos e da ampla coalizão política, devemos considerar a dimensão cultural, particularmente, o poder simbólico do esporte. Quando questionados acerca do volume de gastos públicos e seu efetivo retorno social, os responsáveis pelo Pan 2007 imediatamente acionam o clássico discurso do valor inerente ao esporte, tomado como fator de integração entre os povos, promoção de saúde, formação do caráter e regeneração social. Evidentemente, também se alude à capacidade de um megaevento gerar empregos e divisas. No entanto, mesmo quando se anuncia a projeção internacional da cidade

(outro aspecto cultural relevante nesta investigação), o esporte volta ao centro da argumentação como positividade.

Retórica dominante

O esporte se tornou um poderoso discurso produtor de consensos. Registre-se que, não por acaso, o atual prefeito da cidade se reelegeu em 2004 contando com o decisivo trunfo do Pan 2007 – evento que se manteve completamente isento de acusações por parte dos adversários políticos ao longo de toda a campanha eleitoral. O esporte é tomado como um bem social incontestável, direito básico da coletividade a justificar todo o investimento público.

Uma questão fundamental é a confluência de interesses entre dois campos emergentes no cenário neoliberal contemporâneo: a nova economia do esporte e o novo paradigma de planejamento e gestão das cidades. Tal confluência resulta, por um lado, em profunda mudança na organização das competições olímpicas, tornadas megaeventos de ampla projeção midiática, com crucial envolvimento do setor privado e capacidade crescente de impacto urbanístico; por outro lado, resulta na incorporação do esporte (como campo portador de sentidos e significados) na veiculação de uma imagem positiva da cidade que organiza tais eventos: imagem de cidade competitiva,

Oportunidade perdida

As competições olímpicas são megaeventos e, como tal, têm inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizadas. Representam uma oportunidade de pensar e enfrentar crônicos problemas urbanos. Trata-se, pela natureza intrínseca do fato esportivo, de dotar as cidades de instalações específicas, que atendam às distintas modalidades dentro de padrões normativos internacionais. Mas se trata, também, de criar condições de alojamento para milhares de atletas, pessoal de apoio e integrantes dos comitês olímpicos, bem como para a imprensa.

Além disso, quase sempre a cidade-sede requer expansão ou melhorias em sua infraestrutura geral (transportes, telecomunicações, malha viária etc.). Trata-se, enfim, de um amplo conjunto de intervenções urbanísticas; um momento-chave na evolução e no planejamento das cidades. Certamente, os Jogos Pan-americanos não mobilizam as atenções (e os recursos)

nessa mesma escala.¹ Todavia, considerando as condições socioeconômicas das cidades-sede, a maioria pertencente a países periféricos, o impacto de cada evento adquire relativamente maior envergadura. Num cenário urbano de escassez de infra-estrutura básica, um evento dessa dimensão pode contribuir para sanar determinados problemas. Mas pode também comprometer as igualmente escassas finanças públicas (vide a última edição dos jogos, em Santo Domingo, onde foram gastos US\$ 240 milhões, oito vezes mais do que o inicialmente previsto, gerando alto endividamento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, até mesmo, acirrar a desigualdade social, conforme a distribuição espacial dos investimentos realizados.

Percebemos no Pan 2007 um oneroso conjunto de intervenções urbanísticas que, além de acentuar o aspecto “cidade partida”, compromete o meio ambiente e desrespeita a legislação.

¹ Para se ter uma noção da diferença de aportes financeiros, enquanto os direitos das Olimpíadas de 2012 foram vendidos à rede americana NBC por US\$ 1 bilhão, os da transmissão do Pan 2003 custaram apenas US\$ 4 milhões à Organização da Televisão Ibero-americana, que congrega as emissoras latino-americanas.

disciplinada, saudável, vigorosa e empreendedora, pronta para competir com êxito no atual contexto de guerra dos lugares pela atração de investimentos privados.

O esporte é muito mais utilizado no Pan 2007 como competente estratégia *city marketing* do que propriamente fomentado no cotidiano. Afinal, a esmagadora maioria da população carioca e fluminense “participa” do evento como telespectadora e como financiadora indireta, por intermédio de nossa imensa carga de impostos. O esporte amador permanece abandonado, conforme relata diariamente a grande imprensa. O projeto Pan 2007 não prevê explícita e detalhadamente o uso comunitário das diversas instalações esportivas após os jogos. As autoridades são reticentes e imprecisas quando consultadas sobre o efetivo legado esportivo do Pan. A preocupação central, típica do planejamento estratégico, é com as vantagens econômicas e políticas da ampla coalizão e com a retórica de projeção mundial da imagem urbana.

Nova cidade, velhos arranjos

Com relação à questão ambiental, a Vila Pan-americana foi edificada em área próxima às margens da Lagoa de Jacarepaguá, sob solo predominantemente hidromórfico, isto é, com características de alta umidade subterrânea. Por esse motivo, as fundações da referida vila atingem a profundidade de 45 metros. Trata-se, portanto, de local mais adequado a usos leves, como parques, dadas suas condições naturais. O uso habitacional impôs o encarecimento da intervenção e, ao que parece, exigirá monitoramento constante dos edifícios. O interesse de poucos prevaleceu sobre o bom senso e o interesse coletivo.

Deve-se ressaltar que esse luxuoso conjunto habitacional, de 17 blocos de apartamentos, foi construído com apoio em recursos públicos, mais precisamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador, da Caixa Econômica Federal. A Agenco, empresa responsável, conta ainda com o encargo da prefeitura para realizar toda a urbanização local.

Outras intervenções merecem destaque, como a destruição do antigo Estádio de Remo da Lagoa, inaugurado em 1954. Para além de sua beleza arquitetônica e de seu incontestável significado patrimonial, o Estádio de Remo cumpriu relevante papel na prática esportiva carioca com inclusão social. Por in-

termédio do Programa de Iniciação Esportiva, do governo estadual, 2.500 crianças, de comunidades como Pavão, Pavãozinho, Vidigal, Rocinha e Cruzada São Sebastião, ali praticavam o remo e outras modalidades, nas décadas de 1970 e 1980 – não por acaso um período áureo na performance de remadores brasileiros em competições internacionais. Todavia, desde 1994, com a concessão de uso para uma empresa privada, a Glen, todo esse uso público, social e comunitário foi extinto. O belo e socialmente inclusivo equipamento entrou em agonia.

O papel do estádio e dos clubes de remo na Lagoa ultrapassa o aspecto meramente esportivo-recreativo. Eles cumprem, também, uma importante função de preservação paisagística pela própria natureza do uso, que não agride o meio ambiente. Ao contrário, compõem a cenografia magnífica da Lagoa. O remo garante que a orla lacustre seja preservada, mantendo-se aberta ao uso comunitário, conservando a perspectiva de todo o espelho d’água para quem ali passa. É, portanto, uma atividade que não exclui outros usos, ao contrário do projeto de construção de um complexo de *shopping* e salas de cinema, que impedirá a vista daquela bela paisagem. Em suma, a iniciativa de imploração parcial de um bem tombado como o Estádio de Remo consiste em muito mais que agressão ambiental-paisagístico-patrimonial.

Dentre outras situações de desrespeito ao que é público no Rio de Janeiro, estamos vivenciando o processo de privatização do Parque do Flamengo, via projeto de ampliação da Marina da Glória, pela concessionária Empresa Brasileira de Terraplanagem e Engenharia (EBTE).

O uso habitacional impôs o encarecimento da intervenção e exigirá monitoramento constante dos edifícios. O interesse de poucos prevaleceu sobre o coletivo

***Gilmar Mascarenhas**

Doutor em Geografia Humana, professor-adjunto do Departamento de Geografia da Uerj e membro do Comitê Social do Pan

O Pan 2007, tomado como planejamento estratégico, não enfrenta o conjunto da problemática urbana nem incorpora o esporte como política social

Trata-se de um megaempreendimento que foge completamente dos objetivos de uma marina. As intervenções estão divididas em dois grupos. O primeiro se destina a sediar as competições náuticas do Pan e inclui área de deck, píeres e garagem náutica, que compreende uma placa (15.800 m²) sobre o espelho d'água da enseada da Glória, com altura variando entre 11 e 19 metros acima do nível do mar, obstruindo a contemplação paisagística para os(as) transeuntes.

O segundo é relativo ao complexo turístico que prevê centro de convenções, centro de exposições, *shopping center*, salão de eventos,

três novos restaurantes e um estacionamento para 2 mil veículos. Diante desses dados, a sociedade civil tem se organizado, por meio das associações de moradores, dos manifestos de repúdio executados por entidades, artistas e jornalistas, dos movimentos articulados pela entidade S.O.S Parque do Flamengo e pelo Comitê Social do Pan, repudiando a apropriação indevida de um bem público por uma empresa privada que alterará, em muito, os diferentes usos que hoje temos no parque, principalmente, como espaço de lazer.

Como resultado das mobilizações, obtivemos grande conquista, a partir de um recurso do Ministério Público Federal (MPF), com quem mantemos intenso debate. A Justiça determinou no dia 6 de junho que as obras já realizadas sejam demolidas. Com a decisão, a

empresa terá seis meses para restabelecer a paisagem e a estrutura natural da região, tombada pela União e pelo município. A decisão de embargo partiu da 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro, acolhendo pedido da procuradora da República, Gisele Porto – que sustentou que as obras definitivas não tinham autorização do Iphan e que a liminar permitindo a construção não estava válida.

Podemos citar diversas outras operações, desde a remoção de comunidades de baixa renda em “áreas de risco” (“áreas de rico”, dizem moradores e moradoras removidos), até a onerosa e questionável construção de um novo estádio na cidade. Em suma, no âmbito do planejamento estratégico, os grandes projetos de desenvolvimento urbano são operações destinadas, quase sempre, a favorecer a especulação imobiliária, beneficiar empreiteiras, promover a valorização fundiária, implantar moderna infra-estrutura (telecomunicações) em áreas nobres, aquecer o setor hoteleiro, bem como assegurar a permanência de grupos políticos no Executivo local – além de fomentar o ufanismo urbano e projetar internacionalmente a imagem da cidade.

Tentando sintetizar, acreditamos que o Pan 2007, tomado como planejamento estratégico, não enfrenta o conjunto da problemática urbana, tampouco incorpora efetivamente o esporte como política social. Apenas o utiliza como potente discurso.

Diante do conjunto de intervenções urbanísticas, a sociedade civil organizada vem apresentando sua resposta. Em abril de 2005, foi criado o Comitê Social do Pan, reunindo entidades diversas, movimentos sociais e acadêmicos. Basicamente, participaram da criação do comitê o Fórum do Plano Diretor, o Fórum do Orçamento Participativo, a Federação das Associações de Moradores da Cidade do Rio de Janeiro (FAM-Rio), institutos de pesquisa como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), e departamentos universitários como de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). ■